



Ata Eletrônica da 2ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Ordinária; Abertura: 09/02/2026 - 19:00; Encerramento: 21:19.

Mesa Diretora: Presidente: Danylo Acioli / MDB; Vice-Presidente: Eliana Rocha / SD; 1º Secretário: Sidnei Oliveira / MDB; 2º Secretário: Moisés Tavares / PP.

Lista de Presença na Sessão: Danylo Acioli / MDB; Dr. Odarlone Orente / PT; Eliana Rocha / SD (de forma virtual); Gabriel Caldeira / UNIÃO; Guilherme Livoti / UNIÃO; Lucas Leugi / PSD; Luciano Facchiano / AGIR; Moisés Tavares / PP; Pablo da Segurança / Cidadania; Sidnei Oliveira / MDB.

Justificativas de Ausências na Sessão: Luciano Facchiano / Outros; Tiago Cordeiro / Viagem.

ABERTURA: "Havendo número legal e sob a proteção de Deus, Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos desta Sessão, em conformidade com o parágrafo primeiro, artigo 144 do Regimento Interno. Vereador Moisés Tavares fez a leitura de um trecho da Bíblia. Senhor Presidente decretou um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Tiago Franco, advogado, sócio do Zanoni que era apucararense. Fez-se um minuto de silêncio. Senhor Presidente informou que a Vereadora Eliana Rocha estava participando da Sessão de forma online. Justificou a ausência do Vereador Tiago Cordeiro, que estava em trânsito para Curitiba e não participaria da Sessão, Senhor Presidente convidou o Vereador Moisés Tavares para que assumisse a Segunda Secretaria. A seguir, colocou em discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 8 de dezembro de 2025, que não havendo objeção a Ata estava aprovada, conforme dispõe o parágrafo 3º, Artigo 174 do Regimento Interno. Informou aos Vereadores e Vereadora que se encontravam à disposição nesta Casa de Leis, as Atas das Sessões Ordinárias do dia 15/12/2025; Extraordinárias do dia 16/12/2025; Extraordinárias Específicas - LOA e PPA do dia 17/12/2025; Extraordinárias do dia 08/01/2026; Extraordinária do dia 23/01/2026 - Lei Orgânica - 1º Turno; Extraordinárias do dia 26/01/2026; Ordinária do dia 02/02/2026; Extraordinárias do dia 03/02/2026; Extraordinária do dia 03/02/2026 - Lei Orgânica - 2º Turno; e, Extraordinárias do dia 05/02/2026. Fez-se a Prestação de Contas da Câmara Municipal referente ao mês de janeiro de 2026. Solicitou ao servidor José Carlos Sabino da Silva que fizesse a leitura do roteiro de Expediente.

MATÉRIAS DO EXPEDIENTE:- Projeto de Resolução nº 1/2026, de autoria do Mesa Executiva, que autoriza a Câmara Municipal de Apucarana a filiar-se à Abel - Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas. **REQUERIMENTOS APRESENTADOS:- Requerimento nº 33/2026**, de autoria do Vereador Lucas Leugi, que solicita pedido de informações à Concessionária CCR PR VIAS, acerca dos motivos da troca das placas de sinalização rodoviária de trânsito no Km 233 da BR-376, na entrada do Município de Apucarana, alterações que causaram inúmeros transtornos no trânsito urbano devido aos motoristas com destino a Arapongas, Londrina e demais municípios, que trafegavam através da PR-170 (Contorno Norte), passarem a trafegar pela área urbana do Município de Apucarana. **Requerimento nº 34/2026**, de autoria do Vereador Dr. Odarlone Orente, que requer pedido de informações ao Executivo Municipal de Apucarana, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, sobre os cuidados a serem tomados, a fiscalização e a segurança no transporte de entulhos, galhos, móveis e materiais inservíveis em vias públicas. **MOCÕES APRESENTADAS:- Moção nº 7/2026**, de autoria do Vereador Pablo da Segurança, Moção de aplausos a Luíz Henrique Pereira, em reconhecimento ao seu destacado desempenho e às expressivas conquistas no esporte, na modalidade de atletismo, que o projetaram como referência em competições oficiais. **Moção nº 8/2026**, de autoria do Vereador Sidnei Oliveira, Moção de Aplausos à senhorita Danyelee Caroline Graciano Freitas, em reconhecimento ao destacado desempenho e às relevantes conquistas obtidas nas modalidades de futebol e futsal, evidenciando sua atuação como referência em competições oficiais. **Moção nº 9/2026**, de autoria do Vereador Gabriel Caldeira, Moção de aplausos ao Senhor





Vladimir Barbosa da Silva, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à educação e à comunidade de Apucarana. Senhor Presidente declarou aberta a fase de **EXPEDIENTE**. Estavam inscritos para fazer uso da palavra, os seguintes Vereadores:- Moisés Tavares, Lucas Leugi, Danylo Acioli, Guilherme Livoti, Pablo da Segurança e Dr. Odarlone Orente. Vereador Moisés Tavares, com a palavra, cumprimentou o Presidente Danylo, os demais vereadores, assessores, servidores da Casa, o público presente, visitantes, convidados, a imprensa responsável pela cobertura da Sessão para a cidade de Apucarana e todos que acompanhavam pelos meios de transmissão da Câmara Municipal e da imprensa local. Informou acerca do Programa Bolsa para o Futuro, anunciado pelo Poder Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, que autorizava parcerias entre o município e instituições como o Sistema S e a FIEP, para concessão de bolsas de estudo. Esclareceu que o Programa Bolsa para o Futuro disponibilizava 36 vagas totalmente subsidiadas pela Prefeitura de Apucarana para jovens e adolescentes que concluíram o ensino fundamental em escolas públicas do município, possibilitando cursar o ensino médio no Colégio SESI, abrangendo o primeiro, segundo e terceiro anos. Destacou que, além do ensino médio, os estudantes realizariam curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas, com formação em programação, desenvolvimento de sistemas, banco de dados, análise de dados e projetos práticos. O programa teria duração até o ano de 2028. Informou ainda que as inscrições, que se encerrariam na sexta-feira anterior, foram prorrogadas até o dia 25 de fevereiro, ressaltando que havia critérios sociais para participação. Orientou que os interessados procurassem o Colégio SESI para obter informações e realizar a inscrição. Acrescentou que, em contato com o superintendente do SESI, foi garantido que os alunos inscritos também poderiam ser encaminhados para estágio remunerado em empresas. A seguir, chamou a atenção para a falta de abastecimento de água registrada no último fim de semana, especialmente na região da zona norte, no Bairro Sanches dos Santos. Falou da recente visita de representantes da Sanepar e o anúncio de investimentos no município, porém afirmou que, enquanto tais investimentos não fossem concretizados para solucionar o problema, a empresa precisava prestar esclarecimentos. Ressaltou que havia lei municipal de sua autoria que proibia o corte de abastecimento de água nos fins de semana, sob pena de multa, solicitando fiscalização e aplicação das sanções cabíveis em caso de reincidência. Mencionou como momento histórico para a educação de Apucarana a inauguração de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs): o CMEI Professor Mareze, na região do Afonso Camargo, e o CMEI Professora Maria Onide Balan Sardinha, na região do Sanches dos Santos. Destacou a grande demanda por vagas naquelas localidades e mencionou ainda a retomada das obras do CMEI do Catuí. Salientou que as obras estavam paralisadas havia mais de dez anos e que foi necessária articulação política envolvendo representantes dos governos federal e estadual, bem como a atuação do Prefeito, para viabilizar a conclusão. Enfatizou que as novas unidades possuíam excelente estrutura e contribuiriam para reduzir a demanda na educação básica, especialmente nas séries iniciais. Ao finalizar, cumprimentou a Diocese de Apucarana pela realização da 7ª Romaria Diocesana, ocorrida no dia anterior, evento que reuniu mais de 20 mil fiéis. Destacou a importância religiosa e turística da iniciativa, ressaltando o apoio do Governo do Estado, do Município e da estrutura da Igreja. Cumprimentou Dom Carlos e toda a organização da Basílica pela realização do evento, salientando a relevância da romaria para o fortalecimento da fé e do turismo religioso na cidade. Vereador Lucas Leugi, com a palavra, iniciou cumprimentando o Presidente, os demais vereadores, o público presente e a imprensa. Abordou a dívida do Município de Apucarana com a União, classificando-a como assunto recorrente que atravessava diversas gestões e que representava um problema grave a ser solucionado. Reconheceu o esforço da atual administração em abrir diálogo com o Governo Federal para revisão dos valores da dívida, destacando a importância da iniciativa. Ressaltou que a Câmara Municipal, enquanto representante da população apucararense, devia tratar o tema de forma minuciosa, a fim de compreender os impactos financeiros do eventual parcelamento, especialmente quanto aos juros e às condições estabelecidas. Mencionou a Emenda





Constitucional nº 136, que previa o parcelamento da dívida em até 30 anos, enfatizando que tal medida implicava comprometimento de recursos por uma geração inteira, podendo afetar áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. Salientou que os apucaranaenses precisavam ter pleno conhecimento das condições do parcelamento. Manifestando responsabilidade e preocupação, convidou os vereadores a ampliarem o debate, promovendo diálogo com a comunidade, setor produtivo, indústrias e comércio, a fim de compreender a percepção da sociedade sobre o tema. Destacou que caberia à Câmara autorizar o parcelamento, conforme dispunha o artigo 29 da Constituição Federal e o artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esclareceu que, até o momento, não houve parcelamento formal nem confissão da dívida, mas sim um acordo decorrente de revisão de valores realizada pelo Prefeito e trazida ao debate público no município. Disse da sua preocupação quanto ao prazo de 30 anos, observando que não se tratava de compromisso restrito a uma gestão, mas que poderia impactar administrações futuras, como já ocorrido anteriormente, limitando investimentos devido ao peso da dívida. Disse que o eventual parcelamento poderia impactar a máquina pública como um todo, inclusive no reajuste salarial dos servidores públicos, cuja data-base seria apreciada no mês corrente. Propôs a realização de audiência pública para discutir amplamente o tema com a sociedade, garantindo transparência e evitando questionamentos futuros quanto à condução do processo legislativo. Enfatizou que a responsabilidade pela decisão recairia sobre os vereadores da atual legislatura. Afirmou que, independentemente de posicionamento político ou alinhamento com a administração, era dever dos parlamentares agir com responsabilidade em prol do futuro da cidade. Sugeriu que o debate fosse conduzido também no âmbito da Comissão de Finanças, da qual fazia parte, presidida pelo Vereador Moisés Tavares, para aprofundamento técnico da matéria. Defendeu que representantes da comunidade, empresários, comerciantes, sindicatos e demais segmentos organizados participassem da discussão, assegurando ampla representatividade. Disse que os vereadores foram escolhidos para exercer aquele papel, ressaltando sua fé e entendimento de que exerciam responsabilidade significativa na decisão de aprovar ou não o parcelamento conforme viesse a ser apresentado. Ao encerrar, agradeceu a atenção de todos. Para fazer uso da palavra, Senhor Presidente passou a Presidência ao Primeiro Secretário, Vereador Sidnei, o qual assumiu suas funções na Presidência e concedeu-lhe a palavra. Vereador Danylo Acioli, com a palavra, iniciou sua fala cumprimentando o Vereador Sidnei, o Vereador Moisés, os demais parlamentares e todo o público presente. Manifestou alegria em retornar à tribuna para falar com a população sobre a Câmara Municipal de Apucarana, a “Casa do Apucaranaense”. Iniciou tratando de duas situações que envolviam a rua. A primeira, considerada agradável, referia-se ao grupo da corrida de rua, que realizou grande evento na Corrida 28 de Janeiro e pretendia promover o circuito de corrida de rua na cidade de Apucarana. Destacou que a corrida de rua era o esporte que mais mobilizava pessoas no mundo e enalteceu a iniciativa. A segunda situação, considerada preocupante, dizia respeito aos bandidos em situação de rua, que vinham causando temor aos empresários, promovendo desordem no centro e na periferia da cidade, ocasionando prejuízos e até fechamento de comércios. Defendeu a necessidade de enfrentamento da situação e solicitou aos vereadores que compunham as comissões que colaborassem para que o projeto do Cadastro Único das pessoas em situação de rua fosse discutido em plenário. Disse que era necessário cadastrar para distinguir quem necessitava de assistência social de quem praticava crimes, possibilitando reinserção social, oferta de trabalho e tratamento para dependência química aos que necessitavam, e, quanto aos criminosos, permitir providências como prisão e retirada da cidade. Reafirmou que Apucarana não podia ser terra de ninguém. Destacou que o mês de fevereiro exigiria trabalho sério referente à data-base do funcionalismo público, envolvendo cerca de 3.600 servidores. Enfatizou que a matéria devia ser tratada com responsabilidade, visando reajuste ou revisão salarial justa, ressaltando a importância dos servidores para o funcionamento da máquina pública, desde a educação até a segurança pública, incluindo Guarda Municipal e agentes de trânsito, que atuavam diariamente para que a cidade





funcionasse. Mencionou também o retorno às aulas, destacando o envolvimento de, aproximadamente, 1.600 servidores, especialmente da educação, e a confiança de 13.600 famílias que entregavam seus filhos à rede pública municipal diariamente. Citou a oferta de alimentação escolar, uniformes e material escolar, informando que parte já foi entregue e outra parte ainda seria distribuída. Comentou ainda sobre a adesão de 85% às bolsas escolares fornecidas pelo município, percentual que considerou positivo, mas ponderou que cerca de 15%, aproximadamente, 1.800 famílias, já haviam adquirido bolsas por conta própria e desejavam utilizá-las, ao menos temporariamente. Sugeriu que houvesse ajuste e melhor comunicação por parte da Secretaria de Educação, propondo que a obrigatoriedade da bolsa padronizada fosse previamente informada para os próximos anos, evitando prejuízos às famílias. Abordou pauta relacionada ao esporte, mencionando projeto protocolado para alterar a lei do Conselho Municipal de Esporte. Explicou que atualmente os recursos eram destinados apenas a pessoas físicas, defendendo que também fosse contempladas associações esportivas, a fim de beneficiar coletivamente mais atletas. Citou associações como Apucarana Futsal, a Treva, que é o pessoal do vôlei, handebol e basquete, ressaltando a importância de fortalecer entidades que representavam o município em alto nível competitivo. Informou que dialogou com o Prefeito sobre o tema e que a alteração legislativa permitiria fomentar associações por meio de termos de fomento aprovados pela Câmara, a exemplo do que ocorria em outras regiões do Estado. Ao finalizar, agradeceu ao Presidente e aos presentes. Vereador Lucas Leugi, em questão de ordem, parabenizou o Vereador Danylo. Disse que a insegurança na cidade era algo que precisava ser tratada. Vereador Guilherme Livoti, com a palavra, cumprimentou o Presidente, os demais vereadores, o público presente no plenário e os que acompanhavam pelas redes sociais. Comentou sobre a situação das pessoas em situação de rua, mencionada anteriormente pelo Vereador Danylo, destacando que havia projeto tramitando havia bastante tempo e manifestando expectativa para que fosse votado em conjunto com o projeto de sua autoria denominado “De Volta pro Meu Lar”, o qual recebeu pareceres favoráveis e deveria ser votado nas próximas semanas. Ressaltou que a pauta da segurança era fundamental e que era necessário unir forças para solucionar o problema na cidade. Abordou a questão da falta de água no bairro Sanches dos Santos, relatando que, no sábado à noite, recebeu contatos de moradores e que a informação obtida foi de que houve rompimento causado por terceiros, sendo que a empresa responsável estaria apenas solucionando o problema. Comentou também sobre o aniversário da cidade e a importância da festa comemorativa, destacando a realização da Prova Pedestre 28 de Janeiro, evento que considerou bonito e significativo. Informou que esteve presente com sua equipe na rua, atendendo e ouvindo as demandas da população, reforçando seu compromisso de manter proximidade com os cidadãos. Mencionou ainda que participou, junto a um canal de televisão local, da entrevista com o atleta queniano vencedor da prova, contribuindo para levar a informação à população. Destacou a votação da nova Lei Orgânica do Município, classificando o momento como histórico para Apucarana, por modernizar a legislação municipal. Manifestou convicção de que o trabalho realizado teria impacto positivo por décadas no futuro da cidade. Informou ainda sobre a realização da vacinação antirrábica promovida pelo Centro Municipal de Saúde Animal (CEMSA), realizada na Praça Rui Barbosa, onde centenas de pessoas vacinaram seus animais. Alertou sobre a gravidade da raiva, ressaltando que a taxa de letalidade era quase 100% e mencionando caso recente de morcego com raiva em Londrina, enfatizando a importância da prevenção. Cumprimentou o responsável pelo Centro e toda a equipe envolvida na ação. Falou de sua participação no lançamento do projeto de tênis no Country Club, destacando que os recursos foram captados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, com apoio das empresas Nortox e CropChem. Explicou que empresas que adotavam o regime de lucro real podiam destinar parte do imposto de renda a projetos esportivos, beneficiando dezenas de alunos, inclusive em situação de vulnerabilidade, oferecendo acesso a modalidade esportiva de custo elevado, como o tênis. Informou que comunicou na semana anterior sua saída da base de governo. Esclareceu que a decisão decorreu de divergências





com o líder de governo na Câmara e descumprimento de acordos previamente estabelecidos. Ressaltou, entretanto, que mantinha bom relacionamento com os demais vereadores e com o Prefeito, inclusive tendo dialogado com ele antes da Sessão, afirmando que o alinhamento continuava positivo. Vereador Pablo da Segurança, com a palavra, após cumprimentar a todos, registrou a presença, mais uma vez, dos Agentes de Trânsito na Câmara Municipal, bem como da Guarda Civil Municipal, representada pela diretora Kelly. Manifestou agradecimento pelo trabalho executado, especialmente durante as festividades do aniversário de Apucarana, em 28 de janeiro, ressaltando que a festa transcorreu de forma tranquila em razão da integração das forças de segurança pública. Destacou que o trabalho da Guarda Civil Municipal tem sido sério e dedicado, proporcionando mais tranquilidade e segurança à população apucararense. Enfatizou a atuação da GCM nas festividades de aniversário, que contou com grande aparato de segurança pública, envolvendo Guarda Civil Municipal, Agentes de Trânsito, Polícia Militar, Polícia Civil e segurança privada, caracterizando ação integrada e eficiente para garantia da ordem pública e da paz social. Ressaltou também o trabalho realizado pela equipe comandada pela diretora Kelly, mencionando que, no dia anterior, durante a 7ª Romaria Diocesana de Apucarana, ocorreram dois furtos de veículos na cidade. Informou que um dos casos envolveu veículo pertencente a pessoa que se encontrava na capela central em velório de familiar, sendo situação considerada desagradável. Relatou que, com o trabalho da Guarda Civil Municipal, o veículo foi rapidamente recuperado nas imediações do Jardim Trabalhista. Informou ainda que houve outro furto de veículo na região onde ocorria a romaria, sendo igualmente localizado e devolvido ao proprietário pela Guarda Civil Municipal. Parabenizou a diretora Kelly e toda a equipe da GCM pelo pronto atendimento e eficiência. Acrescentou que, no sábado, durante o trabalho nas festividades, foi recuperado também um veículo Gol furtado, que estava abandonado no Parque da Raposa, atribuindo o fato a indivíduo já conhecido pelas autoridades. Defendeu a importância do cadastramento das pessoas em situação de rua, afirmando que tal medida auxiliaria a segurança pública ao fornecer dados para checagem e diferenciação entre pessoas que necessitavam de assistência social e indivíduos que praticavam crimes. Ressaltou que não se devia generalizar, mas que havia infiltrados que causavam transtornos, furtos e arrombamentos, gerando prejuízos aos comerciantes, mencionando que uma porta danificada podia custar cerca de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao proprietário. Afirmou a necessidade de prender e retirar de circulação aqueles que cometiam crimes. Por fim, manifestou agradecimento ao comandante da Guarda Civil Municipal, Fábio de Souza, e a todos os guardas civis municipais pelo trabalho diário em prol da segurança da cidade, incentivando-os a continuar com o mesmo propósito e dedicação. Vereador Dr. Odarlone Oriente, com a palavra, iniciou cumprimentando o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, o público presente, a assessoria, a imprensa falada e escrita, os servidores da Casa, os agentes de trânsito presentes e demais servidores que acompanhavam a Sessão. Iniciou tratando da campanha nacional denominada Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio. Destacou que, no Brasil, quatro mulheres eram assassinadas diariamente, ressaltando a gravidade da situação. Mencionou que a campanha era liderada pelo Presidente Lula, com participação dos três poderes, e visava conscientizar especialmente os homens sobre a necessidade de combater qualquer tipo de agressão contra as mulheres, fosse verbal, psicológica ou qualquer forma de assédio. Enfatizou que tais atitudes podiam ser o primeiro passo para crimes mais graves. Defendeu que a conscientização devia começar desde a infância, para que se compreendesse que mulheres não eram propriedade de ninguém e deviam ser tratadas com respeito e dignidade. Solicitou o apoio dos vereadores, da vereadora, dos agentes de segurança, servidores e da população para a defesa das mulheres contra qualquer tipo de agressão. Abordou a questão da Sanepar, afirmando que era necessário discutir a municipalização dos serviços de água e esgoto. Criticou a recorrente falta de água nos bairros mais afastados de Apucarana, especialmente aos finais de semana, destacando que reclamações semelhantes ocorriam em toda a região. Atribuiu os problemas à terceirização, precarização e pulverização das ações da empresa, afirmando que





atualmente não havia total domínio estatal sobre a companhia. Defendeu a continuidade do debate e a possibilidade de iniciar discussão formal sobre a municipalização dos serviços. Falou da inauguração de Centros Municipais de Educação Infantil, mencionando a unidade do Sanches dos Santos, da qual participou. Destacou que as obras permaneceram paralisadas por cerca de nove a dez anos, afirmando que, após o impeachment da Presidente Dilma, nos governos Temer e Bolsonaro, não houve avanços na conclusão das obras. Declarou que, com o retorno do Presidente Lula e o lançamento do PAC 3, houve destravamento e retomada das obras, com entrega das unidades do Afonso Camargo e do Sanches dos Santos e retomada das obras do Catuaí. Reconheceu o empenho do Governo Federal e do Governo Municipal nas tratativas para conclusão. Em relação à data-base dos servidores públicos, afirmou que, em breve, a Câmara discutiria o percentual de reajuste. Cumprimentou servidores presentes e que acompanhavam a Sessão, citando nominalmente Júlio César e Jordana, estendendo o cumprimento a todos os servidores e servidoras. Manifestou expectativa de que o Prefeito encaminhasse à Casa o projeto de lei com o reajuste para garantir o cumprimento da data-base. Relatou visita às regiões da Vila Diamantina, Ponta Grossa e especialmente ao Jardim Japira, apontando reclamações quanto ao abandono do Parque do Japira, com matagal e necessidade de roçagem. Informou que foram feitas indicações, requerimentos e solicitações pelo IPM para que o serviço fosse realizado. Alertou também sobre rachaduras em ponte próxima ao ginásio do complexo do Japira, solicitando atenção da equipe de engenharia da Prefeitura para evitar risco de desabamento, semelhante ao ocorrido na região do Rio dos Patos. Sobre a questão das pessoas em situação de rua, afirmou que era necessário diferenciar segurança pública de vulnerabilidade social, tratando com respeito aqueles que enfrentavam doença ou vulnerabilidade, e oferecendo soluções adequadas. Defendeu que problemas complexos não podiam ser tratados com soluções simples. Em relação às comissões, afirmou que o rito estava sendo cumprido e que pedido de vista não impedia a continuidade do processo, defendendo debate aberto e responsável. Mencionou que a política era cíclica e comentou sobre movimentos políticos internacionais, citando eleição em Portugal do presidente socialista José Segura, afirmando que a política respondia aos anseios da população e que o país passava por novos ares.

Presença na Ordem do Dia: Danylo Acioli / MDB; Dr. Odarlone Orente / PT; Eliana Rocha (de forma virtual) / SD; Gabriel Caldeira / UNIÃO; Guilherme Livoti / UNIÃO; Lucas Leugi / PSD; Moisés Tavares / PP; Pablo da Segurança / Cidadania; Sidnei Oliveira / MDB.

ORDEM DO DIA. MATÉRIAS EM SEGUNDO TURNO:- Projeto de Lei nº 154/2025, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Apucarana a Senhora ASMA EID CAUCABANE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade apucararense, como especifica." Colocado em discussão e em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. Projeto APROVADO pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. **MATÉRIAS EM PRIMEIRO TURNO:- Projeto de Lei nº 150/2025**, de autoria do Vereador Dr. Odarlone Orente, que "Dispõe sobre a regulamentação das entregas de produtos e serviços por aplicativos e congêneres em condomínios residenciais no Município de Apucarana, e dá outras providências." Senhor Presidente informou que os Pareceres emitidos ao Projeto eram pela sua livre tramitação. Informou ainda, que foram apresentadas duas Emendas. Solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura da primeira Emenda. Feita a leitura da Emenda Supressiva, de autoria do Vereador Moisés Tavares, Senhor Presidente colocou-a em discussão e em votação, a qual foi APROVADA pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. Solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura da segunda Emenda. Feita a leitura da Emenda Supressiva, de autoria do Vereador Guilherme Livoti, Senhor Presidente colocou-a em discussão. Vereador Guilherme Livoti, com a palavra, fez explicação sobre as duas emendas apresentadas. Colocada em discussão e em votação, foi APROVADA pela unanimidade dos Vereadores e Vereadores. Colocado o Projeto em





discussão e em votação com as Emendas aprovadas: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim (de modo virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. Projeto APROVADO pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. Vereador Dr. Odarlone Orente usou da palavra em justificativa de voto. Vereador Lucas Leugi usou da palavra em questão e ordem. **Projeto de Lei nº 159/2025**, de autoria do Vereador Dr. Odarlone Orente, que "Institui, no âmbito do Município de Apucarana, o Prêmio “Zumbi dos Palmares”, destinado a reconhecer e homenagear cidadãos que se destacam na promoção da igualdade racial, no combate ao preconceito e na valorização da cultura afro-brasileira, e dá outras providências." Senhor Presidente informou que os Pareceres emitidos eram pela sua livre tramitação. Colocado em discussão, usaram da palavra para discutir o Projeto os Vereadores Guilherme Livoti e Dr. Odarlone Orente. Colocado em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim; Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Não; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. Projeto APROVADO por 7 (sete) votos a 1(um), voto contrário do Vereador Guilherme Livoti. **MATÉRIAS EM TURNO ÚNICO:- Requerimento nº 1/2026**, de autoria do Vereador Lucas Ortiz Leugi, que solicita ao Prefeito Municipal Sr. Rodolfo Mota o encaminhamento do contrato e do empenho relativos à prestação de serviços de sinalização horizontal realizados nas vias do Município de Apucarana entre os meses de outubro e novembro de 2025." Vereador Lucas Leugi, em questão de ordem, indagou como votar em bloco tanto os requerimentos dele, quanto do Vereador Odarlone, que pediam que a reiteração, no início ou agora da votação. Senhor Presidente disse que iam fazer e que ia colocar em deliberação do plenário, que ia dividir a autoria, que votariam os do Vereador Lucas e, em seguida os do Vereador Dr. Odarlone. Colocou em deliberação do plenário requerimento verbal feito pelo Vereador Lucas. “Os vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, o que fossem contrários se levantassem”, foi aprovada, a votação seria feita em bloco. Informou que os Requerimentos nº1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 26 e 27/2026, de autoria do Vereador Lucas Leugi. Também em bloco os requerimentos 6, 7, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 30, 31 e 32/2026, de autoria do Vereador Dr. Odarlone Orente. Senhor Presidente colocou em discussão e em votação em bloco os requerimentos do Vereador Lucas Leugi, os quais foram APROVADOS pela unanimidade com o voto favorável da Vereadora Eliana Rocha de forma virtual. A seguir, colocou em discussão e em votação os requerimentos em bloco do Vereador Dr. Odarlone Orente, os quais foram APROVADOS com o voto favorável da Vereadora Eliana Rocha de forma virtual. Indagou à Vereadora Eliana Rocha se ia manter os requerimentos ou retiraria de pauta para discuti-los in loco. Vereadora Eliana Rocha pediu a retirada para que pudesse discutir depois com os demais Vereadores. Senhor Presidente colocou em deliberação do plenário o requerimento verbal da Vereadora Eliana Rocha para a RETIRADA de pauta dos Requerimentos nºs. 29 e 28/2026, a qual foi APROVADA. Vereador Lucas Leugi, com a palavra, disse que havia pedido somente da reiteração e que o nº4, que solicitava esclarecimentos sobre o cancelamento de cirurgias no Hospital da Providência motivado por falta de pagamento. Senhor Presidente disse que mencionou quais eram os requerimentos. Senhor Presidente informou que foi aprovado e que não tinha muito o que fazer. Vereador Lucas Leugi, com a palavra, disse que foi uma falha, que o requerimento não se tratava de reiteração. Senhor Presidente pediu ao pessoal que ficasse atento da próxima vez. Os Requerimentos nºs. 21 e 22/2026 eram de sua autoria, assim sendo, passou a Presidência ao 1º Secretário Vereador Sidnei para que conduzisse a votação. Assumindo suas funções na Presidência, 1º Secretário colocou em deliberação do plenário as seguintes proposições: **Requerimento nº 21/2026**, de autoria dos Vereadores Danylo Acioli e Dr. Odarlone Orente, que SOLICITA INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE ESTUDOS E DA EVENTUAL ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE TRATE DO RECONHECIMENTO DAS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO





INFANTIL COMO INTEGRANTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL. Colocado em discussão, Vereador Danylo Acioli usou da palavra para comentar o Requerimento. Vereador Dr. Odarlone Orente usou da palavra em aparte. Colocado em votação: Danylo Acioli - Sim; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha – Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Não Votou. Requerimento APROVADO com o voto favorável da Vereadora Eliana Rocha. Vereador Lucas Leugi, com a palavra, disse que o combinado no grupo ontem era única e exclusivamente para votar em bloco os requerimentos de reiteração. Disse que tinha seis requerimentos que não eram de reiteração, que combinou como Presidente, que combinado com ele custava caro. Disse que fizeram aquilo, que atrapalharia um trabalho que estava desenvolvendo que podia ser ou não da vontade de dele, mas que foi eleito para aquilo. Disse que não era justo, porque foi combinado, não foi algo que não foi combinado. Comentou o requerimento sobre o Hospital da Providência; sobre a COCAP, sobre a Via Mais, sobre o cemitério Portal do Céu, sobre a concessionária VAL, que eram temas importantes e que não era justo com o único Vereador de oposição acontecer aquilo. Vereador Danylo pediu a palavra para direito de resposta, a qual foi concedida. Vereador Danylo Acioli, com a palavra, disse que, respeitosamente, o Vereador era jurista e que no direito presumia a boa-fé, que não havia uma fé. Que o vereador falou que depois ele se reuniria na sala de qualquer pessoa para dar risada dele, que não faria aquilo. Pediu ao vereador que indicasse o número e que colocaria em deliberação do plenário a reanálise dos requerimentos. Acreditava que nenhum dos vereadores queriam fugir de temas importantes como a questão do Hospital da Providência ou qualquer outro dos temas. Disse que foi uma falha coletiva e que também não fez a revisão dos requerimentos anteriormente. Disse que não tinha dificuldade nenhuma do vereador fazer um requerimento e o plenário deliberar, até porque o plenário era soberano e acreditava que não teria nenhuma nulidade e discutiria os requerimentos e naturalmente estaria sanado o erro. 1º Secretário fez a leitura do **Requerimento nº 22/2026**, de autoria do Vereador Danylo Acioli, que SOLICITA INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ACERCA DA INTENÇÃO, DO PLANEJAMENTO, OU ENTÃO, DA INEXISTÊNCIA DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO E DOS CRITÉRIOS ATUALMENTE ADOTADOS PARA A INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA GRAVE NO MUNICÍPIO DE APUCARANA, COM REFERÊNCIA AO PROTOCOLO INSTITUÍDO PELO MUNICÍPIO DE CURITIBA. Colocado em discussão, Vereador Danylo usou da palavra para comentar sobre o Requerimento. Usaram da palavra para discutir a respeito do Requerimento os Vereadores Guilherme Livoti e Dr. Odarlone Orente. Colocado em votação: Danylo Acioli - Sim; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha – Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Não Votou. Requerimento APROVADO com o voto favorável da Vereadora Eliana Rocha. Vereador Guilherme Livoti, pela ordem, disse que algumas pessoas estavam assistindo a Sessão em tempo real falaram que a Sessão não estava ao vivo no YouTube, que caiu, se conseguia verificar se aconteceu alguma situação ou se já estavam cientes do problema. Senhor Presidente informou que foi um problema da internet que caiu, mas que a Sessão estava sendo gravada e assim que terminasse e a internet voltasse, eles subiriam. Vereador Lucas Leugi, em questão de ordem, publicizou em primeira mão uma decisão monocrática de um mandado de segurança cível. Primeira turma recursal dos juizados especiais, assinada pela juíza de direito Vanessa Bassani sobre a questão do direito de resposta que prefeito e os procuradores entraram e que ela acabou de suspender aquele procedimento que também pedia danos morais por conta de não ser aquele o procedimento de pedir direito de resposta. Disse que estava suspenso aquele processo até o julgamento do mandado de segurança. Sobre os requerimentos, pediu que algum Vereador pedisse vistas do nº4, 26 e 27/2026. Disse que gostaria de discutir os requerimentos nºs. 1 e 2/2026. Antes de pedir vistas, Senhor Presidente disse que faria a votação para





que desconsiderasse a votação feita anteriormente em bloco para que fosse ajustado. Vereador Dr. Odarlone, em questão de ordem, pediu para que desconsiderasse a votação dos requerimentos n.ºs. 7, 17, 18 e 31/2026. Senhor Presidente colocou em deliberação do plenário a revogação da votação dos requerimentos n.ºs. 1, 2, 3, 4, 26 e 27, de autoria do vereador Lucas Leugi e dos requerimentos n.ºs. 7, 17, 18 e 31 do vereador Dr. Odarlone. Colocada em discussão e em votação, foi aprovada com o voto favorável da Vereadora Eliana Rocha. Vereador Guilherme Livoti, com a palavra, pediu VISTAS dos Requerimentos n.ºs. 4, 26 e 27/2026, de autoria do Vereador Lucas Leugi. Senhor Presidente concedeu-lhe VISTAS. Vereador Moisés Tavares, com a palavra, pediu VISTAS dos Requerimentos n.ºs. 7, 17, 18 e 31/2026, de autoria do Vereador Dr. Odarlone. Senhor Presidente concedeu-lhe VISTAS. Senhor Presidente colocou em deliberação do plenário o **Requerimento nº01/2026**, de autoria do Vereador Lucas Ortiz Leugi, que solicita ao Prefeito Municipal Sr. Rodolfo Mota o encaminhamento do contrato e do empenho relativos à prestação de serviços de sinalização horizontal realizados nas vias do Município de Apucarana entre os meses de outubro e novembro de 2025." Colocado em discussão, Vereador Lucas Leugi usou da palavra para discutir sobre o requerimento e pediu o voto favorável dos Vereadores e Vereadora. Usaram da palavra o Vereador Guilherme Livoti e o Presidente Danylo Acioli. Colocado em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. **Requerimento APROVADO** pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. **Requerimento nº 2/2026**, de autoria do Vereador Lucas Ortiz Leugi, que solicita ao Poder Executivo Municipal o encaminhamento de cópia do Termo de Cessão do Cemitério Portal do Céu, bem como informações acerca da quantidade de jazigos de propriedade do Município de Apucarana. Colocado em discussão, Vereador Lucas Leugi, com a palavra, após discutir sobre o assunto, pediu o voto favorável dos Vereadores e Vereadora. Colocado em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. **Requerimento APROVADO** pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. **Requerimento nº 3/2026**, de autoria do Vereador Lucas Ortiz Leugi, que requer informações e documentos à empresa VAL – Concessionária do Transporte Coletivo Urbano de Apucarana e ao Poder Executivo Municipal acerca da frota de ônibus em operação, especialmente quanto ao anúncio de renovação de 50% da frota. Colocado em discussão, Vereador Lucas Leugi usou da palavra para comentar sobre o requerimento. Colocado em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim (de modo virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. **Requerimento APROVADO** pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. **Moção nº 24/2025**, de autoria do Vereador Moisés Tavares, "Moção de Aplaúso aos Agentes de Trânsito e Guardas Civis Municipais do município de Apucarana, como especifica. Senhor Presidente informou que os Pareceres emitidos foram pela sua livre tramitação. Colocada em discussão, Vereador Moisés Tavares, usou da palavra para comentar sobre a Moção e pediu o voto favorável. Presidente Danylo comentou sobre a Moção e parabenizou o Vereador Moisés. Vereador Pablo com a palavra parabenizou o Vereador Moisés e teceu comentário sobre a Moção. Vereador Gabriel Caldeira usou da palavra em aparte. Vereador Pablo e Moisés comentaram o aparte do Vereador Gabriel Caldeira. Colocada em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha - Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira - Sim. **Moção APROVADA** pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. **Moção nº 25/2025**, de autoria do Vereador Moisés Tavares e Pablo da Segurança, **MOÇÃO DE APLAUSOS ao COLÉGIO ESTADUAL LUÍS IZIDORO CERÁVOLO, PELA REALIZAÇÃO DAS CERAVALÍADAS - 2025**, em sua primeira edição. Os Pareceres emitidos eram pela sua livre tramitação. Colocada em





discussão, Vereador Moisés Tavares usou da palavra para comentar sobre a Moção. Colocada em votação: Danylo Acioli - Não Votou; Dr. Odarlone Orente - Sim; Eliana Rocha – Sim (virtual); Gabriel Caldeira - Sim; Guilherme Livoti - Sim; Lucas Leugi - Sim; Moisés Tavares - Sim; Pablo da Segurança - Sim; Sidnei Oliveira – Sim. Moção APROVADA pela unanimidade dos Vereadores e Vereadora. A seguir, passou-se para a fase de **EXPLICAÇÃO PESSOAL**. Usaram da palavra os Vereadores Dr. Odarlone Orente e Guilherme Livoti.

Finalizada a fase de Explicação Pessoal, Senhor Presidente declarou encerrada a presente Sessão, na forma regimental, lembrando aos Vereadores e Vereadora da próxima Sessão Ordinária que seria realizada na próxima quinta-feira, no horário regimental.

Senhor Vereador José Airton Deco de Araújo, encontra-se licenciado a partir de 09/10/2025 para exercer cargo em comissão junto ao município de Apucarana. Senhor Vereador Antonio Luciano Facchiano assumiu em 13/10/2025 (Suplente).

Esta Sessão encontra-se gravada em áudio e vídeo no canal da Câmara, no youtube, demais tramitações das matérias, bem como suas votações, podem ser acessadas através do site LEGIFLOW – Sistema de Processo Legislativo.

Assinatura da Mesa Diretora da Sessão

Presidente: Danylo Acioli / MDB

Vice-Presidente: Eliana Rocha / SD

1º Secretário: Sidnei Oliveira / MDB

2º Secretário em Exercício: Moisés Tavares Domingos / PP



ATA 002/2026
AUTORIA: Poder Legislativo

DOCUMENTO ASSINADO POR:

01) SIDNEI JOSE DE OLIVEIRA:02762891965 EM 11/03/2026 14:09:19

<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202603111409181773248958-102447.pdf>

02) ELIANA DE LOURDES LIMA ROCHA:99341379920 EM 12/03/2026 09:38:01

<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202603120938001773319081-102447.pdf>

03) DANYLO FERNANDO ACIOLI MACHADO:07149046940 EM 12/03/2026 13:01:33

<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202603121301331773331293-102447.pdf>

04) MOISES TAVARES DOMINGOS:04119273962 EM 12/03/2026 13:09:11

<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202603121309111773331751-102447.pdf>

-- FIM --

